

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 530.165 - SP (2019/0257989-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
REQUERENTE : LEANDRO HENRIQUE CASTRO SILVA
ADVOGADO : FABIO ROGERIO DONADON COSTA - SP338153
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 173-174 (e-STJ), que indeferiu a liminar postulada no *habeas corpus* cujo paciente é **LEANDRO HENRIQUE CASTRO SILVA**.

O requerente reitera os argumentos expostos na inicial, pugnando pela reconsideração do *decisum*, para que o paciente aguarde, em regime aberto, o julgamento de mérito do presente *writ*; alternatively, seja concedida a ordem de ofício, aplicando o redutor descrito no artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/06, em patamar máximo de 2/3, redimensionada a pena para 1 ano e 8 meses em regime inicial aberto, substituindo por duas penas restritivas de direitos (e-STJ, fl. 188).

É o relatório.

Decido.

Na espécie, o requerente apenas reitera os argumentos expostos na inicial do *habeas corpus*.

Consoante explicitado na decisão ora combatida, a concessão de liminar constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, repise, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida, tampouco as razões trazidas pelo requerente descredenciam os fundamentos da decisão impugnada.

Assim, **indefiro** o pedido de reconsideração, mantendo a decisão agravada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator